



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001791-50.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Repetição de indébito**
 Requerente: **Edson Luiz Pinto**
 Requerido: **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Repetição de Indébito, proposta por **EDSON LUIZ PINTO**, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que, como escrivão de polícia, passou a receber, após a edição da LCE nº 696/1992, o Adicional de Local de Exercício – ALE que foi absorvido em seus vencimentos com o advento da LCE 1.197/2013, com efeitos retroativos a 1º de março de 2013, e sobre o qual incide o desconto previdenciário de 11%, o qual alega ser irregular e ilegal por não poder compor a base de cálculo, nos termos do art. 8º, § 1º, inciso 6, da LCE 1.012/2007, e não ser aplicado ao total de vencimentos dos policiais militares. Requer a restituição dos valores cobrados, corrigidos monetariamente pelo IPCA e acrescidos de 6% de juros até a data do efetivo pagamento.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 17-25.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 42-46) na qual sustenta, em resumo: I) ilegitimidade de parte, pois a repetição deve ser intentada junto ao ente previdenciário; II) a contribuição previdenciária deve incidir sobre todas as verbas recebidas pelo servidor por ocasião de sua aposentadoria.

Houve réplica às fls. 50-51, na qual o autor aduz que: I) o desconto alusivo ao ALE no seu *hollerith* é feito pela FESP; II) os descontos previdenciários são inconstitucionais.

Foi determinado à FESP que encaminhasse informes sobre como foi realizado o pagamento do ALE ao autor (fl. 52), o que foi atendido, conforme ofício juntado às fls. 69-90.

É o relatório.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O feito comporta julgamento antecipado da lide, a teor do inciso I do art. 330 do Código de Processo Civil, não havendo necessidade de audiência de instrução e julgamento por se tratar de matéria exclusivamente de direito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Afasto, inicialmente, a alegação de ilegitimidade passiva, porquanto é a requerida quem procede aos descontos e os repassa ao instituto previdenciário do Estado (SPPREV).

Quanto ao mérito, o pedido não comporta acolhimento.

O Adicional de Local de Exercício (ALE) foi instituído pela Lei Complementar Estadual nº 689/92 e alterado pelas Leis Complementares Estaduais nº 830/97, nº 1.020/07 e nº 1.045/08 com o fito de compensar os gastos decorrentes da localidade, fixação e complexidade do exercício profissional do militar.

O artigo 8º da Lei Complementar 1.012/2007 não excluiu, expressamente, o ALE da base de contribuição previdenciária e, sim, as “parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho”, que podem ser instituídas para qualquer carreira e não se confundem com o ALE, que, desde 2013, com a LC 1.197, deixou de ser considerada gratificação de cunho genérico.

O documento de fl. 90 revela que, desde o ano de 2009, com o advento da Lei Complementar 1.062/2008 (fls. 76-77), o desconto de 11%, alusivo à contribuição previdenciária, seguiu o determinado em seu art. 4º, ou seja, passou a ser aplicado à razão de 50% da média dos valores percebidos nos 60 meses anteriores à aposentadoria, percentual que passou a ser de 100%, desde a Lei Complementar 1.114/10 (fls. 78-84), em virtude de ser pago, indistintamente, a todos os policiais em atividade, variando, somente, o valor que era pago a cada um deles, a depender do local de atuação profissional. Considerado, assim, vantagem geral e permanente, o adicional deve ser incorporado à base de cálculo com fins de aposentadoria para a própria proteção do trabalhador, de forma a atender ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme previstos no artigo 40, *caput* da Constituição Federal.

Esse é, também, o entendimento do E. Tribunal de Justiça que, recentemente, decidiu:

APELAÇÃO CÍVEL – POLICIAL CIVIL – Pretensão de restituição das contribuições previdenciárias incidentes sobre o Adicional de Local de Exercício (ALE) até a vigência da Lei Complementar 1.197/2013, quando houve a absorção da vantagem nos vencimentos – Impossibilidade – Adicional que é vantagem de caráter geral, permanente e incorporável para fins de aposentadoria, mesmo antes da Lei Complementar nº 1.114/2010 – Vantagem que não se enquadra plenamente nas exceções do artigo 8º, §1º, da Lei Complementar 1.012/2007 – Necessidade de interpretação sistemática do dispositivo – Contribuições previdenciárias devidas, consoante entendimento do C. Supremo Tribunal Federal – Sentença de procedência reformada – Recurso voluntário da SPPREV provido. (Apelação nº 3002193-59.2013.8.26.0590, Relator(a): Maria Laura Tavares; Comarca: São Vicente; Órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

14/09/2015; Data de registro: 14/09/2015) [negritei]

APELAÇÃO CÍVEL – POLICIAIS CIVIS – Pretensão de declaração de inexigibilidade e de restituição das contribuições previdenciárias incidentes sobre o Adicional de Local de Exercício (ALE) até a vigência da Lei Complementar 1.197/2013, quando houve a absorção da vantagem nos vencimentos – Impossibilidade – Adicional que é vantagem de caráter geral, permanente e incorporável para fins de aposentadoria, mesmo antes da Lei Complementar nº 1.114/2010 – Vantagem que não se enquadra plenamente nas exceções do artigo 8º, §1º, da Lei Complementar 1.012/2007 – Necessidade de interpretação sistemática do dispositivo – Contribuições previdenciárias devidas, consoante entendimento do C. Supremo Tribunal Federal – Sentença de parcial procedência reformada – Reexame necessário e recurso voluntário da SPPREV providos – Recurso dos autores prejudicado. (Apelação nº 1018646-05.2014.8.26.0114, Relator(a): Maria Laura Tavares; Comarca: Campinas; Órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 07/08/2015; Data de registro: 08/08/2015) [negritei]

Pelo exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno o autor a arcar com as custas e honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos reais e setenta reais).

P.R.I.

São Carlos, 16 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**